



DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS

3^o ENCONTRO
Conhecimento
e Cooperação



“Casa dos Direitos” da Guiné-Bissau

Uma aposta de cooperação numa cultura de Direitos Humanos
como chave para construção da Paz e a realização dos Direitos ”

Autores: **Fatima Proença, ACEP / Luís Vaz Martins, LGDH**

Lisboa, 17 de Setembro de 2015



CASA
DOS
DIREITOS

Enquadramento

A Guiné-Bissau é um país que vem sendo de alguma forma estigmatizado, já que as imagens que dele são transmitidas externamente se limitam às imagens dos conflitos internos e de fragilidade das instituições.

Com um Estado classificado como “em situação de fragilidade”, o foco desta apresentação é uma iniciativa em curso no país, que reflete sobre uma experiência de cooperação para o desenvolvimento pensada como:

- facilitadora de redes colaborativas,
- de procura de respostas inovadoras para os problemas da paz e da promoção dos direitos humanos,
- assente nas instituições locais, públicas e privadas, e
- apostada na promoção da “boa governação” como um dos eixos centrais do atual paradigma da cooperação internacional.

Aprendemos com o estudioso e ativista cívico brasileiro Paulo Freire, e com a sua experiência de educação de adultos na Guiné-Bissau logo a seguir à Independência, a necessidade de “aprendizagem do mundo”, de ir contra a corrente, de recusar leituras e abordagens simplificadoras de realidades complexas. E aprendemos também a procurar envolver mais e mais gente na procura de novas abordagens e de realização e valorização do que se convencionou chamar “boas práticas”.

Este processo metodológico complexo está na base da criação da “Casa dos Direitos” da Guiné-Bissau – um projeto que é uma aposta persistente de diferentes organizações, sobretudo guineenses, na procura de construção de novos caminhos para a paz e o desenvolvimento, numa situação de fragilidades várias, mas valorizando recursos qualitativos importantes.

Criada no espaço do que era a mais antiga prisão colonial na Guiné-Bissau, no centro histórico da cidade, encerrada pelo Governo guineense em 2011, por proposta de um conjunto de organizações, a “Casa dos Direitos” vem-se constituindo, desde a sua abertura em 2012, como um espaço público, de partilha de recursos, de promoção de iniciativas de pesquisa, de debate, de cultura e de diálogo.

Este é um processo de real criação de espaços de diálogo entre os diversos sectores da sociedade guineense, do Estado à Sociedade Civil, dando um contributo já reconhecido, no país e no exterior, para uma cultura de paz e de promoção dos direitos humanos – mesmo, ou sobretudo, nos períodos mais complexos da vida do país.

Um dos indicadores desse reconhecimento é a lista de organizações guineenses ou internacionais ou as iniciativas que já fizeram encontros na “Casa”, do sistema das Nações Unidas e à União Europeia, redes de organizações da sociedade civil guineense, projectos de direitos humanos, assembleias das organizações – um programa diversificado que o sítio internet da “Casa” vai procurando dar conta.



A Casa enquanto esquadra e centro de detenção (até Maio 2011)



A Casa enquanto prisão



A Casa enquanto “Casa dos Direitos”



...e um centro de recursos



Desafios

O desafio central foi a criação de um espaço de diálogo entre os diversos sectores da sociedade, do Estado à Sociedade Civil, com gestão guineense e vocacionado para a defesa e promoção dos Direitos Humanos- desafio que se mantem:

- começando pela decisão de um governo - liderado por Carlos Gomes Jr - de fecho da prisão e a entrega das instalações às organizações promotoras da “Casa”,
- como por ter continuado a funcionar ao longo do período subsequente ao golpe de estado de 2012 (dois meses após a inauguração da “Casa”),
- por se ter convertido num espaço de propostas e diálogo sobre políticas públicas com o novo governo constitucional e com o parlamento eleito
- e continuando hoje, neste novo período de instabilidade – preparando a 1ª Quinzena de Direitos Humanos, para Dezembro próximo.

Outro desafio

Continuou a ser cumprido ao criar espaço para que a Liga Guineense dos Direitos Humanos ali tenha a sua sede nacional e tenha assente boa parte da sua atividade na estrutura da “Casa”, criando condições para que as populações associassem a defesa dos DH a essa estrutura.

E hoje “todas as atividades que acontecem na Casa mostram a todos que nada é definitivo , e que o que era o símbolo amargo da repressão pode agora produzir frutos doces. Não é só a pintura azul e todos os desenhos realizados por esses jovens que mudaram o lugar, são as pessoas que o ocuparam e que finalmente, deram-lhe uma alma” (Alain Corbel, ilustrador, após um atelier de ilustração para jovens)



A destacar:

- a procura de respostas e a construção de **novos caminhos** para problemas de violação de direitos num quadro de fragilidades várias
- as soluções assentes na **criação de espaços de colaboração** em iniciativas de proteção de defensores de Direitos Humanos
- a **pesquisa sobre temas sensíveis**, com o da Impunidade, na origem de muitos problemas na historia do país
- a **criação de mecanismo de monitoria de direitos cívicos, económicos e sociais** (a criação do Observatório dos Direitos)
- a **produção de materiais de sensibilização e advocacia** (exposições, livros, vídeos), com elevados padrões éticos e estéticos, e que podem ser usados por diferentes organizações
- a capacidade de **mobilizar competências humanas, técnicas e científicas** de grande mérito, nacionais e estrangeiras, para as iniciativas
- a capacidade de **funcionar “paral além dos projectos”**, com programa proprio, flexível e capaz de integrar iniciativas de outros.

A metodologia:

- A preocupação de articular e **envolver** sempre que possível os responsáveis políticos (Estado, ANP) de maneira a não serem projetos de SC para SC, mas serem **projetos da SC com outros intervenientes para a sociedade**

(exemplo disso: a apresentação pública do Observatório contou com altos responsáveis, como a Ministra da Justiça, o Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Liberdade e Direitos, os presidentes da central sindical UNTG, dos sindicatos da educação e da saúde, e do sindicato dos magistrados, para além de responsáveis da cooperação internacional, num encontro alargado e de alto nível)

- A procura de trabalhar com **organizações de natureza e dimensão diferentes**, das organizações não governamentais consolidadas, mas também integrando pequenas organizações, com menos experiência, que se sentem fortalecidas e apoiadas por outras
- A procura de **novas formas de trabalhar em rede e entre redes**, de diferentes naturezas, vocações e níveis de estruturação.

E sobretudo:

- A decisão de envolver permanentemente pessoas (técnicos ou não) guineenses em todos os projetos e atividades que a “Casa” executa, com a preocupação de que sejam essas pessoas a desenvolver competências para tornar irreversível a existência de um espaço dinâmico como a “Casa”;
- A persistência que a “Casa” demonstra como é possível trabalhar os Direitos Humanos num Estado com instituições frágeis, como a Guiné – Bissau, respondendo com iniciativas inovadoras a uma análise da situação social e política feita pelos guineenses e por pessoas que conhecem de à muito o país.

Os financiadores

Iniciada com o apoio da Cooperação Portuguesa (temporalmente o primeiro financiador), associou-se depois a União Europeia (atualmente o maior, em volume financeiro), e em menor volume o PNUD, mas também a Fundação Gulbenkian (o financiador mais permanente, mesmo que com menor dimensão), todos têm hoje uma relação com o projeto da “Casa” muito clara e firme.

Tal permite pensar novas atividades englobadas na construção de conhecimento na área dos DH e da sua transformação em conhecimento útil, como o fazem o Observatório dos Direitos, os estudo sobre a impunidade, a violência contra mulheres e os seus direitos económicos, os tráficos de crianças, entre outros, todos apontados para a partilha de conhecimento e de abertura de pistas de trabalho futuro.

OBRIGADO

